



A COP-27 e suas implicações para a indústria de energia

O que é a COP 27?

A COP 27 foi a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (sigla em inglês UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change), realizada na cidade de Sharm El-Sheikh, no Egito, em novembro de 2022. A conferência é realizada anualmente com o objetivo de avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta e propor mecanismos a fim de garantir a efetividade da Convenção¹.

O principal objetivo desta edição foi conseguir um aumento de compromissos dos Estados com a implementação de medidas de combate à mudança climática e o estabelecimento de mecanismos capazes de viabilizar o cumprimento dos acordos e das decisões que já tinham sido alcançados nas conferências anteriores. Nesse sentido, as negociações foram conduzidas visando aumentar o comprometimento dos países com a execução de ações reais em quatro áreas estabelecidas no Pacto Climático de Glasgow, o documento resultante da COP 26²: (i) **mitigação**; (ii) **adaptação**; (iii) **finanças**; (iv) **colaboração**.

Principais resultados da COP27

Diferentemente da COP 26, onde as negociações permitiram estabelecer diretrizes para implementação do Art. 6º do Acordo de Paris, sobre mecanismos de mercado de carbono, bem como outros acordos relacionados a desmatamento zero e redução das emissões de metano, na conferência do Egito os resultados se limitaram à ratificação do compromisso com o cumprimento das metas já estabelecidas nas conferências anteriores. Entretanto, o principal diferencial desta edição esteve no reconhecimento da necessidade de adotar medidas em nível multilateral para compensar os países em desenvolvimento pelas consequências de eventos extremos decorrentes da mudança climática, além da implementação de ações para viabilizar uma transição justa. Os principais resultados das negociações da COP 27 foram sintetizados no documento final, intitulado “Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh”³.

Em matéria de **mitigação**, foi reafirmado o compromisso dos Estados com a implementação de esforços mais ambiciosos para limitar o aumento das temperaturas da terra em menos de 2°C, tal como estabelecido no Acordo de Paris, e de acelerar as ações para manter a meta de 1,5°C. Para isso, foi enfatizada a necessidade de reduzir as emissões globais de GEE em todos os setores aplicáveis. Na indústria de energia,

¹ A Conferência das Partes (COP – Conference of the Parties), é o órgão supremo da [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima](#), adotada em 1992 quando a ONU organizou a ECO-92, no Rio de Janeiro com o propósito de adotar ações multilaterais para estabilizar as concentrações atmosféricas dos gases de efeito estufa em níveis que evitem uma interferência humana “perigosa” para o clima mundial. Desde sua ratificação em 1994, todos Estados signatários da Convenção passaram a se reunir anualmente a partir de 1995.

² 2022. UK. <https://ukcop26.org/wp-content/uploads/2022/05/PORT-COP26-Presidency-Outcomes-The-Climate-Pact.pdf>.

³ 2022. UNFCCC. <https://unfccc.int/documents/624444>.

as partes estabeleceram a importância de acelerar a expansão da geração a partir de fontes renováveis ou de menor intensidade de carbono.

Os Estados participantes também foram estimulados a adotar políticas públicas com o objetivo de incentivar o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias de geração de energia renovável, a implementação de medidas de eficiência energética, a redução progressiva da geração termoelétrica a carvão sem captura e armazenamento de carbono e a eliminação dos subsídios para combustíveis fósseis ineficientes. Adicionalmente, os Estados participantes também foram convidados a considerar ações adicionais para reduzir as emissões de GEE distintos ao dióxido de carbono, incluindo o metano (cerca de 50 novos países assinaram o acordo para redução de metano publicado na COP 26). Contudo, o documento alerta que os esforços de redução de emissões de GEE associados às indústrias de energia devem considerar os impactos econômicos e sociais negativos com a adoção de medidas para mitigar esses efeitos nos países produtores de combustíveis fósseis.

Motivado pelo agravamento dos efeitos da mudança climática, principalmente sobre os países em desenvolvimento, ressaltou-se a urgência de reduzir a lacuna na capacidade de **adaptação** dos Estados aos efeitos adversos provocados pela mudança climática. Também, reconheceu-se a necessidade de adotar ações para melhorar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas dos países, principalmente daqueles em desenvolvimento. Nesse quesito, o documento final enfatizou a importância de abordar as lacunas existentes em termos de observação do clima e sistemas de alerta prévio.

Na conferência também foi ressaltada a importância do **financiamento**. Nesse quesito, as partes concordaram na necessidade de investimentos anuais de US\$ 4 trilhões em energias renováveis até 2030 para poder atingir as metas de zero emissões em 2050. Igualmente, estima-se que a transformação global para economias de baixo carbono pode requerer investimentos de US\$ 4 a US\$ 6 trilhões anuais. Para alavancar esses níveis de financiamento, as partes ressaltaram a importância de impulsionar transformações no sistema financeiro e um maior engajamento dos governos, bancos centrais, bancos comerciais, investidores institucionais e outros atores financeiros.

O destaque da COP 27 neste âmbito foi a criação de um fundo de compensação de perdas e danos para países em desenvolvimento afetados por desastres naturais relacionados às mudanças climáticas. Contudo, as partes apontaram com preocupação a lacuna de financiamento nos países em desenvolvimento, principalmente, os mais afetados pela mudança climática, destacando que tais necessidades são atualmente estimadas entre US\$ 5,8 e US\$ 5,9 trilhões para o período pré-2030. Igualmente, expressaram sua preocupação com o não cumprimento da meta anual de financiamento conjunto de US\$ 100 bilhões em ações de mitigação por parte dos países desenvolvidos, que foi estabelecida em 2020.

Por último, foi destacada a importância de incrementar as ações de **colaboração** entre os Estados como alternativa para impulsionar uma transição justa para economias de baixo carbono. Nesse sentido, as partes coincidiram na necessidade de implementar medidas para viabilizar melhores mecanismos de financiamento, a transferência de tecnologia, a construção de capacidade institucional nos países em desenvolvimento, e a inclusão de outros atores-chave no combate às mudanças climáticas, tais como as organizações da sociedade civil, as comunidades indígenas, entre outros.

Principais menções à indústria de combustíveis fósseis

O principal destaque do plano de implementação de Sharm el-Sheikh no setor de petróleo e gás natural, apesar de ter ocorrido de forma implícita, foi a inclusão do gás natural entre as fontes de energia de menor intensidade de carbono para avançar no atingimento das metas de descarbonização dos Estados.

Vale destacar que durante a COP 27 também ocorreram outros acontecimentos relevantes com o potencial de afetar de forma positiva os esforços globais de combate à mudança climática. O destaque, nesse sentido, foi o anúncio da China do lançamento de um novo plano para reduzir as emissões de metano nos setores de energia, agricultura e resíduos. Entre as medidas do mencionado plano, o governo chinês contempla o lançamento de um plano piloto nacional de identificação de melhores práticas de monitoramento e controle no início de 2023⁴.

Igualmente, durante a conferência também ocorreu a “Declaração Conjunta de Importadores e Exportadores de Energia sobre Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Combustíveis Fósseis”, impulsionada pelos Estados Unidos, Japão, Canadá, Noruega, Singapura e o Reino Unido. Na declaração, que não possui caráter vinculante, os Estados patrocinadores reconheceram a urgência de acelerar a descarbonização de suas matrizes energéticas para conter o aumento das temperaturas do planeta e reduzir a condições de vulnerabilidade associadas à dependência da importação de combustíveis fósseis, em uma clara referência a crise energética provocada pelas tensões entre Rússia e Ocidente pelo conflito bélico na Ucrânia. Com esse intuito, os Estados promotores da declaração se comprometeram a tomar medidas imediatas para reduzir as emissões de GEE associadas à produção e o consumo de energia fóssil, principalmente as emissões de metano⁵.

O Brasil na COP 27

O Brasil foi destaque na COP 27 em decorrência da promessa de o país regressar à mesa de discussão sobre a mudança climática. A participação de representantes do novo governo foi destaque devido ao papel

⁴ 2022. Reuters. <https://www.reuters.com/business/cop/china-announces-plan-curb-rising-methane-emissions-challenges-await-2022-11-09/>.

⁵ 2022. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/STATEMENT_22_6827.

central que o Brasil tem a desempenhar na preservação da floresta amazônica, em uma edição do evento marcada pelo interesse dos países participantes de adotar novas abordagens e ações orientadas à proteção ambiental por meio da incorporação de medidas para incentivar um gerenciamento desses recursos naturais de forma sustentável.

Por outro lado, o protagonismo do Brasil nas discussões globais sobre clima e meio ambiente não está limitado à condição de país amazônico. No setor de energia, o país se encontra em uma posição de liderança devido a composição de uma matriz energética com elevada participação de fontes de energia renovável (44% da geração total em 2021)⁶. Nessas condições, o setor de energia também possui um menor volume de emissões de GEE, o qual equivale a cerca de 30% das emissões totais do país, e constitui uma participação bastante inferior quando comparada com outras experiências nacionais⁷.

Considerações Finais

Sendo assim, a COP-27 culminou enfatizando a importância com a condução de esforços globais para viabilizar uma transição para economias de baixo carbono justa e segura para todos os países e uma população que já ultrapassou 8 bilhões de pessoas. Porém, a conferência terminou sem grandes variações em termos de novos compromissos com metas de mitigação mais ambiciosas de parte dos Estados, quando comparado com a edição do ano passado. Com as preocupações centradas na indústria de carvão, o principal destaque esteve no reconhecimento da relevância que o gás natural tem a desempenhar como alternativa para avançar na redução de emissões de GEE nas indústrias de energia.

Conheça o posicionamento do IBP sobre Transição Energética, acessando o link: <https://www.ibp.org.br/posicionamentos/>.

⁶ 2022. EPE. <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2022..>

⁷ 2022. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/emissoes/emissoes-de-gee-por-setor-1>.